

**MANUSCRITO NA ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE CAETITÉ-BA (1954-1990):  
COMUNICAR BOAS OBRAS**

MANUSCRIPT AT THE ASSOCIATION OF THE LADIES OF CHARITY OF CAETITÉ-BA (1954–1990):  
COMMUNICATING CHARITABLE WORKS

MANUSCRITO EN LA ASOCIACIÓN DE LAS SEÑORAS DE CARIDAD DE CAETITÉ-BAHÍA (1954-  
1990): *COMUNICAR BUENAS OBRAS*

Ana Marta Borges da Cunha, <https://orcid.org/0009-0006-4333-6999><sup>1</sup>

Joseni Pereira Meira Reis, <https://orcid.org/0000-0003-3147-8106><sup>2</sup>

**Resumo:**

Este artigo busca identificar práticas e funções do escrito no âmbito da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité (ASC), entre os anos de 1954 e 1990. Fundamentado em estudos no campo da História Cultural, da História da Educação e da História das Culturas do Escrito, foram utilizados como fonte os livros manuscritos produzidos pela ASC – Livros de Ata, Livros dos Atos e Boas Obras e o *Livro Histórico da Associação* – que se encontram no arquivo da entidade. A pesquisa evidenciou que a ASC é uma instância educativa de produção e circulação do escrito e que este era um instrumento valorizado para a legitimação de práticas, documentação e comunicação de ações e boas obras da Associação. Havia, portanto, uma cultura do manuscrito instituída naquele lugar social.

**Palavras-chave:** associação de senhoras de caridade; História da Cultura Escrita; manuscrito; Caetité.

**Abstract:**

This article aims to identify practices and functions of writing within the Association of Ladies of Charity of Caetité (ASC), between 1954 and 1990. Grounded in studies in the fields of Cultural History, History of Education, and History of Written Cultures, the research uses as sources the manuscript books produced by the ASC - namely, Minute Books, Books of Acts and Good Works, and the Association's Historical Book - preserved in the institution's archive. The findings indicate that the ASC is an educational space for the production and circulation of writing, in which written records were valued as instruments for legitimizing practices, documenting and communicating the Association's actions and charitable works. In this context, a manuscript culture was established within that social space.

**Keywords:** women's charitable associations; History of Written Culture; manuscript; Caetité.

**Resumen:**

Este artículo busca identificar las prácticas y funciones de la escritura en el ámbito de la Asociación de las Señoras de Caridad de Caetité (ASC), entre los años 1954 y 1990. Basándose en estudios en el campo de la Historia Cultural, de la Historia de la Educación y de la Historia de las

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil; [ana.cunha1@nova.educacao.nova.gov.br](mailto:ana.cunha1@nova.educacao.nova.gov.br)

<sup>2</sup> Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil; [jpreis@uneb.br](mailto:jpreis@uneb.br)

Culturas del Escrito, se utilizaron como fuente los libros manuscritos producidos por la ASC — Libros de Actas, Libros de Actos y Buenas Obras y el Libro Histórico de la Asociación—, que se encuentran en el archivo de la entidad. La investigación evidenció que la ASC es una instancia educativa de producción y circulación del escrito y que este era un instrumento valorado para la legitimación de prácticas, documentación y comunicación de acciones y buenas obras de la Asociación. Existía, por lo tanto, una cultura del manuscrito instituida en aquel espacio social.

**Palabras clave:** asociación de señoras de caridad; Historia de la Cultura Escrita; manuscrito; Caetité.

### Introdução

Este estudo busca identificar práticas e funções do escrito no âmbito da Associação das Senhoras de Caridade<sup>3</sup> de Caetité<sup>4</sup> (ASC), entre os anos de 1954 e 1990. Ainda que a entidade tenha utilizado, nesse período, o registro impresso, foi predominante a prática da produção de livros manuscritos por parte das mulheres integrantes da diretoria da Associação para registrar, documentar e comunicar as ações daquela instituição, o que nos leva a afirmar que a ASC é uma instância educativa de produção e circulação do escrito – e é perceptível que havia uma cultura do manuscrito presente naquela instância.

O período de estudo delimitado compreende o contexto em que a ASC criou e administrou três instituições voltadas a atender idosos e crianças em Caetité – a Casa de Caridade, instituída em 1954; a Creche Celsina Teixeira Ladeia, criada em 1980; e o Lar da Criança, estabelecido em 1982. Trata-se de um contexto em que a produção de livros manuscritos se ampliou e a ASC passou a registrar não só as ações da entidade, mas também o cotidiano das instituições. Além das atas, que já eram produzidas desde 1919, é nesse período que surgiram outras obras manuscritas, como os Livros dos Atos e Boas Obras e o *Livro Histórico da Associação*, fontes deste estudo. Ressaltamos, porém, que existem outras obras

---

<sup>3</sup> A ASC é ainda atuante em Caetité. A entidade administra o Abrigo Teresa Neves de Oliveira, instituição que atende idosos na assistência asilar em regime de internato. Tanto a sede da Associação quanto o Abrigo estão localizados na Avenida Woquiton Fernandes Teixeira, n.º 168, Centro, Caetité, BA.

<sup>4</sup> Caetité é um município do estado da Bahia, distante 633 km em relação à capital, Salvador. Está localizado no chamado Território do Sertão Produtivo, de acordo com a divisão construída pelo governo do estado em 2007, que leva em conta critérios sociais, econômicos, geográficos, históricos e identitários. Sua população, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2022), é de 52.012 habitantes. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 98,3% em 2010. Mais informações sobre Caetité e o Território do Sertão Produtivo podem ser consultadas em IBGE (2022) e no *site* da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia: [https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt).

manuscritas produzidas no âmbito da ASC, tanto durante esse período de estudo como nos anteriores e posteriores a ele.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho histórico, cuja metodologia se apoiou na análise documental dos manuscritos produzidos pela ASC que se encontram no arquivo da entidade<sup>5</sup>. O trato com as fontes perpassou por leitura, categorização por temáticas, descrição, análise e interpretação (Bardin, 1977), centrando o olhar sobre a natureza, a lógica interna e os conceitos-chave do texto (Bacellar, 2008; Cellard, 2008).

Nos últimos anos o campo da História da Cultura Escrita tem se constituído uma variedade de temáticas bem como investigado uma série de sujeitos, práticas, usos e funções, ampliando objetos, fontes e lócus de investigação. Isso, na perspectiva de que a cultura escrita é produzida e difundida pelos sujeitos históricos, por meio de variados suportes e em instâncias sociais para além dos espaços escolares. Dessas produções originam-se variadas formas de contato, apropriação e circulação que se constituem em uma cultura escrita daquele lugar e tempo (Galvão, 2007; Galvão; Frade, 2016; Reis; Jinzenji; Souza 2024).

Este artigo fundamenta-se também, teórica e metodologicamente, nos estudos de Chartier (1991); Galvão (2001, 2007); Batista, Galvão e Klinke (2002); Reis (2010, 2021); Melo e Galvão (2014); Galvão e Frade (2016, 2019); Reis e Galvão (2020); Fernandes e Reis (2021); e Reis, Jinzenji e Souza (2024). Autores que permitem compreender que cultura escrita não se restringe apenas às relações entre a escrita e a oralidade, mas diz das relações que os sujeitos desenvolvem entre si, dos modos de fazer e produzir a vida.

A primeira etapa desta pesquisa constituiu-se na revisão de literatura, fundamentada na História Cultural e inserida nos campos da História da Educação e da História da Cultura Escrita. Esses estudos convergem na perspectiva da compreensão de que a realidade histórica é culturalmente construída (Reis, 2010) e que as práticas mediatizadas pelo escrito – sejam elas individuais, sejam de um grupo – se inserem nesse campo cultural.

Além disso, as pesquisas evidenciaram que “modos de inserção não-escolares, o manuscrito e a oralidade são dimensões constitutivas da cultura escrita no Brasil” (Galvão, 2001, p. 09). Com isso, este artigo, acerca da cultura do escrito na ASC, tem a perspectiva de colaborar

---

<sup>5</sup> As pesquisas com os livros da ASC foram realizadas presencialmente, com o manuseio das fontes, a partir da assinatura do Termo de Autorização pela presidente da entidade, responsável pelos documentos. Esses livros encontram-se na sala da secretaria da sede da ASC, localizada na Avenida Woqiton Fernandes Teixeira, S/N, Centro, Caetité, BA.

com os estudos no campo da História da Educação e da História da Cultura Escrita, sobretudo, quando traz para análise a dimensão do manuscrito, ainda pouco explorada nas pesquisas relacionadas ao século XX no Brasil.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, é importante compreender o conceito de cultura escrita aqui utilizado. Em comunhão com Galvão (2007, p. 35), “é pertinente sempre utilizar a expressão no plural – culturas escritas ou culturas do escrito”, tendo em vista a historicidade do termo e a existência de contextos locais de usos específicos da leitura e da escrita. Para a autora, o conceito de cultura escrita refere-se “ao lugar que a escrita ocupa em determinada cultura” (p. 37).

Ainda, segundo Reis (2021, p. 33), a cultura escrita deve ser entendida “como produto da atividade humana, resultado das interações da vida material e simbólica dos indivíduos em uma determinada sociedade”. Daí que a apreensão da cultura do manuscrito na ASC perpassa pela identificação das práticas mediatizadas pelo escrito nos âmbitos dessa entidade e de suas instituições e de suas funções naquele contexto histórico-cultural específico.

Também, faz-se importante aqui a compreensão de que pesquisas no campo da cultura escrita não se circunscrevem, apenas, a espaços escolarizados. As pesquisas no Brasil devem se atentar a essas questões, sobretudo, pelo fato de que o nosso país tem uma história de escolarização tardia (Galvão, 2007). Outras instâncias sociais podem ser espaços de produção, uso e socialização do escrito, possibilitando variados modos de relação dos indivíduos com essa cultura. Melo e Galvão (2014), ao estudarem os eventos de letramento do médico e escritor mineiro Pedro Nava no início do século XX, demonstraram que a família pode ser uma instância formativa e de circulação do escrito.

Reis (2010), ao analisar o caso de João Gumes em Caetité entre fins do século XIX e início do século XX, evidenciou o modo como o sujeito pesquisado criou uma intimidade com a cultura escrita, para além do que foi apreendido no âmbito da família e da escola, por meio de uma rede de sociabilidade construída em instâncias como a religião, o teatro, a imprensa, o trabalho, as viagens etc. Ainda, os estudos de Fernandes e Reis (2021) e Reis (2021) abordam, respectivamente, o teatro (em Caetité, BA) e o Club Rio Contense (em Rio de Contas, BA) como instâncias em que os sujeitos históricos criaram modos de participação nas culturas do escrito.

Nesta pesquisa a ASC é tomada como instância educativa produtora e socializadora da cultura do escrito na segunda metade do século XX. Compreendemos educação como prática social e política (Freire, 2007) constituída para além dos espaços formais e de práticas de

escolarização e a conceituamos como uma diversidade de processos em que os sujeitos são inseridos em “mundos culturais” (Lopes; Galvão, 2001). Em outras palavras, o trabalho, a família, a Igreja, as entidades são lugares sociais de educação, baseados em uma ideologia própria.

A partir de 1954, quando a ASC criou a Casa de Caridade, a Creche e o Lar, para atender idosos e crianças, esses processos de institucionalização implicaram em tentativas de educar aqueles sujeitos segundo visões de mundo, moral e interesses de uma elite, que determinavam papéis sociais àqueles indivíduos. Práticas caritativas, de assistência e disciplinarização são tomadas, nesse sentido, na condição de educativas. Ao mesmo tempo, nesses processos, o escrito, sobretudo, o manuscrito, serviu de instrumento preponderantemente utilizado pelas mulheres da ASC para registrar, tornar públicas e validar socialmente suas práticas. Evidenciamos isso a partir da ampla produção de obras manuscritas por aquelas mulheres.

Os recentes estudos no campo da História da Cultura Escrita têm demonstrado que variados indicadores devem ser levados em conta na perspectiva da apreensão da cultura escrita em determinada época e lugar. Para além das taxas de escolarização e alfabetização, são indicadores importantes a considerarmos: a presença de insumos, gráficas, imprensa, livrarias, bibliotecas etc. Chartier (1991, p. 114) chama atenção para o fato de que as pesquisas que trabalham somente com porcentagens de assinaturas em documentos são generalizantes, pois esses dados são “indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa”. Relevante pesquisa de Galvão (2001) apontou que a literatura de cordel era um meio de contato de indivíduos analfabetos e semialfabetizados com a escrita, a leitura e o impresso; e verificou o modo como os indivíduos pesquisados (leitores ou ouvintes e vendedores de cordel) foram se apropriando do mundo da cultura escrita – e se inserindo nele – em Pernambuco entre os anos de 1930 e 1950.

Igualmente importante é compreender o papel do manuscrito como fonte imprescindível para a construção de uma História da Cultura Escrita em nosso país. No âmbito da ASC em Caetité, na segunda metade do século XX, a produção de livros manuscritos foi uma ação quase que cotidiana e feita com afinco pelas mulheres. Galvão (2001) fala da importância do manuscrito no Brasil, chamando a atenção para o fato de que o País teve a instalação tardia da imprensa. Batista, Galvão e Klinke (2002), em uma pesquisa sobre livros escolares no Brasil entre 1866 e 1950, apontam a tradição do manuscrito nas escolas, sobretudo até meados do século

XIX, quando praticamente não existiam livros impressos nessas instituições. Além disso, a pesquisa apontou a presença de modelos de livros manuscritos, chamados paleógrafos, mesmo após a chegada do impresso às instituições escolares.

A pesquisa de Reis (2010) evidenciou que a produção de manuscritos foi uma tarefa importante para João Gumes no contexto de Caetité do final do século XIX e início do século XX. Gumes deixou obras manuscritas por meio da tradução ou produção de livros, peças teatrais, documentos oficiais etc. – e foi ele o responsável pela criação do primeiro jornal e tipografia na cidade, o que demonstra que o manuscrito sobreviveu à imprensa e que havia uma cultura do manuscrito em Caetité. A produção de livros manuscritos no âmbito da ASC mostra que essa cultura se perpetuou até a segunda metade do século XX.

Para que possamos identificar práticas e funções do escrito no âmbito da ASC entre os anos de 1954 e 1990, organizamos este estudo em três partes. Em um primeiro momento tratamos de tornar inteligíveis ao leitor a origem da ASC como entidade filantrópica na sociedade caetiteense e suas ações. Questionamos: qual o contexto em que a ASC surgiu? Em que âmbitos atuou? Em seguida, identificamos, categorizamos e descrevemos as produções manuscritas das mulheres da Associação no contexto de estudo delimitado. Que livros a ASC produziu? Qual a natureza dos textos produzidos? No terceiro momento procuramos identificar algumas funções do escrito no âmbito da ASC por meio da análise dos textos registrados nos livros manuscritos. Por que e para que a ASC produziu obras manuscritas?

### **A Associação das Senhoras de Caridade em Caetité**

Nesta parte do artigo, convidamos o leitor a conhecer um pouco da história da ASC, de modo a entender quem esteve à frente desse projeto de caridade e as especificidades do contexto em que ele surgiu. Também objetivamos compreender quais os principais âmbitos em que a entidade atuou, por meio de suas instituições, na perspectiva de visualizar a ASC como instância educativa de forte atuação social.

A ASC é uma entidade filantrópica centenária, ainda atuante em Caetité. A Associação foi fundada em janeiro de 1919 por um grupo de 18 mulheres da sociedade local presentes na sessão organizadora da Associação, e 4 delas representavam outras 2, o que resulta no número de 26 sócias fundadoras.

Entre os nomes registrados no ato da fundação (*Livro de Ata, 1919-1940*) temos: Maria Clementina Fraga Moreira Silveira, Eugênia da Rocha Rodrigues Lima, Guiomar Pontes Tanajura, Júlia Gumes de Moraes, Maria Theodolina Neves Lobão, Amália Seixas Moreira Cunha, Anna Spínola Teixeira e Celsina Spínola Teixeira Gomes Ladeia. Na história local esses nomes estão relacionados a famílias tradicionais da cidade, representantes de uma elite política, econômica e letrada, a exemplo das duas últimas associadas citadas – respectivamente, a mãe e a irmã do educador baiano Anísio Teixeira.

Os estudos de Nogueira (2010, p. 145) tomam as ações das mulheres na Associação na década de 1920 como uma forma de “incursão feminina no mundo público”. Assim, a iniciativa das mulheres de fundar a ASC, no contexto do início do século XX em Caetité, situa-se como estratégia para burlar sistemas de exclusão à participação destas nas práticas sociais, a exemplo da política (Nogueira, 2010). Percebemos que a ampla rede de ações da caridade desenvolvida pela entidade permitiu a essas mulheres liberdade de circulação, tomada de decisões e participação em outros setores sociais como os negócios, a justiça, a imprensa, entre outros.

Ribeiro (2012) e Pimentel (2014), em suas pesquisas sobre a trajetória de Celsina Ladeia, tomaram suas ações à frente do processo de criação e consolidação da ASC como práticas autônomas e de expressão de poder feminino naquela sociedade. Reis, Jinzenji e Souza (2024), em pesquisa sobre a escrita de mulheres em uma instância religiosa espírita em Caetité, no início do século XX, evidenciaram o papel ativo e formativo dessas mulheres por meio das culturas do escrito. Corroborando esses estudos, esta pesquisa toma a produção do escrito nos âmbitos da ASC como instrumento da emancipação feminina naquele contexto.

O município de Caetité está localizado na região do semiárido baiano, em um território denominado historicamente de Alto Sertão da Bahia<sup>6</sup>. Os estudos de Santos (2014, p. 112), ao analisarem essa região como uma área de abastecimento dos mercados internos e articulada ao

---

<sup>6</sup> Ao apontar a necessidade de historicizar as regionalizações, Estrela (2003, p. 37) diz que o Alto Sertão da Bahia correspondia, no período colonial, ao Morgadio Guedes de Brito – Casa da Ponte –, que “monopolizava a porção fundiária na margem direita do Rio São Francisco, nos sertões da Bahia e Minas Gerais”. Santos (2014, p. 18-20) diz que o espaço foi construído pela sua população, consciente de uma identidade socioambiental e que, “sem contornos precisos, o Alto Sertão da Bahia abrange os territórios angulados pelos Rios Verde Grande e São Francisco, onde se estende a Serra geral, extensão da Cordilheira do Espinhaço, incluindo os sub-vales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre, Paramirim, da bacia sanfranciscana; e São João, do Antônio, Gavião e Brumado, tributários do Rio de Contas. [...] Há quem estenda seus limites imaginários ao sul, a grande parte do território de Minas Gerais e, ao norte, para além da Chapada Diamantina”.

comércio com outras do Brasil no período entre 1890 e 1930, destacam o município de Caetité como um dos grandes produtores de algodão no século XIX e exportador de “gado, couros secos, peles, sola, algodão, borracha, feijão, arroz, milho, toucinho, rapadura, requeijão, aguardente”. Nesse sentido, Caetité configurou-se, até a passagem do século XIX para o XX, como uma região de abastecimento de outras áreas, sobretudo, de Rio de Contas, quando da exploração de ouro e diamantes.

Contudo, as secas também assolavam a região de Caetité de tempos em tempos. O escritor Silva (1932, p. 243), que esteve no município no ano de 1889 e entre 1926 e 1927, registrou que “as terras no município de Caetité, são flageladas periodicamente por grandes estiagens que ocasionam incalculáveis danos à população nesses transe angustiosos de penúria de fome”. Ele destaca as secas de 1868 a 1870, de 1878 a 1880 e a de 1904 a 1915.

A fundação da ASC ocorreu, então, em um contexto de pobreza que foi se constituindo em Caetité entre o final do século XIX e o início do século XX. A cidade, em virtude da seca, da crise na produção do algodão e do esgotamento das minas de Rio de Contas, transformou-se em local da mendicância<sup>7</sup>. A situação da pobreza exposta no meio social de Caetité no início do século XX provocou o temor das elites em relação à desordem social e à perda do controle sobre as epidemias que assolavam a cidade (Ribeiro, 2012). Desse modo, inferimos que a criação da ASC veio responder a um contexto de crise social em que um grupo toma para si o papel de agir por meio da caridade, em um projeto que foi se constituindo ao longo da história. Até o surgimento das instituições com sede própria, a ASC atuou em várias frentes. As mulheres organizavam-se para a prática de diversas ações: doação de esmolas e alimentos, aquisição de serviços médicos (consultas e medicamentos) e de funeral, transporte, moradia etc. para todos os que se enquadrassem como necessitados da caridade.

Entre os anos de 1954 e 1982, como dissemos anteriormente, três instituições foram criadas pela ASC para atender crianças e idosos desamparados: a Casa de Caridade, a Creche Celsina Teixeira Ladeia e o Lar da Criança. A Casa de Caridade da ASC foi inaugurada em 19 de março 1954, após um longo período de construção desde a aquisição do terreno em 1920. Nesse tempo, as mulheres da Associação buscaram meios de utilizar o prédio para instalação de um

---

<sup>7</sup> Essa é uma informação retirada do artigo “História e memória: da ‘Casa Preta’ à Casa de Caridade (Caetité 1915-25)”, não publicado, gentilmente disponibilizado por meios digitais pelo Professor Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra em conversa informal sobre esta pesquisa no Departamento de Ciências Humanas no Campus VI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) de Caetité em 7 de novembro de 2024.

hospital, no entanto, sem êxito. O espaço passou a abrigar pessoas desamparadas (idosos e crianças) em regime de internato. Identificamos que de 1954 a 1961 funcionaram na Casa de Caridade serviços de ambulatório e maternidade.

Em 1980 a ASC inaugurou a Creche Celsina Teixeira Ladeia em um prédio ao lado da Casa de Caridade. A Creche era uma instituição de caráter escolar de educação de crianças de zero a 6 anos de idade em tempo integral. O Lar da Criança foi inaugurado em 1982. O espaço foi destinado exclusivamente para as crianças abrigadas pela Associação. Apesar de os documentos, às vezes, utilizarem a denominação desse espaço como orfanato, os indícios fazem concluir que os grupos de crianças aí abrigadas não eram somente de órfãs. Essas duas instituições coexistiram no mesmo ambiente: o Lar, abrigo das crianças, ficava nos fundos do prédio, enquanto a Creche funcionava na parte da frente.

Além disso, a ASC atuou em outras instâncias, com órgãos do governo federal. Um exemplo disso foi quando administrou o Posto de Puericultura de Caetité, de 1951 a 1964. Esses postos tinham como principal objetivo disseminar as ações do Departamento Nacional da Criança (DNCr) no que se referia a assistência, saúde, educação e proteção materno-infantil. A pesquisa evidenciou que o posto fez a distribuição de sopa, vitaminas e leite em pó a crianças previamente cadastradas. Além desse posto, a ASC fundou ainda o Clube de Mães, com reuniões duas vezes por semana sob orientação da enfermeira do Posto de Puericultura. O Quadro 1, a seguir, foi construído a partir das obras produzidas entre os anos de 1954 e 1990 (Livros de Ata, Livros de Atos e Boas Obras e o *Livro Histórico da ASC*) e permite visualizar a atuação da ASC em diversas instâncias sociais.

Quadro 1 – Ações desenvolvidas pela ASC entre os anos de 1954 e 1990

Área de atuação	Ano de criação	Resumo das ações
Posto de Puericultura	1951	Administração do Posto de atendimento a mães e crianças
Casa de Caridade	1954	Criação de instituição asilar para idosos e crianças
Maternidade	1954	Oferecimento de serviços de maternidade no prédio da Casa de Caridade
Ambulatório	1954	Oferecimento serviços médicos (consultas e tratamentos de doenças) na Casa de Caridade
Clube de Mães	1958	Criação e administração de um clube de caráter educativo para as mães atendidas no Posto de Puericultura
Creche	1981	Criação de instituição do tipo escolar em tempo integral para crianças de 0 a 6 anos de idade
Lar da Criança	1982	Criação de instituição asilar para crianças em regime de internato

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Diante disso, inferimos que a ASC, no decurso do tempo aqui pesquisado, atuou como entidade educativa na sociedade caetiteense por meio dos discursos e das práticas que produziu. Os livros manuscritos, produzidos pelas mulheres da entidade, trazem registros minuciosos dessa atuação. Ao institucionalizar crianças e idosos, a Associação incumbiu-se de promover ações no sentido de educar aqueles indivíduos dentro de normas e valores estabelecidos pela entidade. Fora de seus âmbitos institucionais atuou também com órgãos do governo. Nesta pesquisa, tomamos o conceito de institucionalização como uma “modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais” (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 22). Os limites e os objetivos deste estudo não permitem aprofundamentos nesse sentido; a temática da institucionalização será retomada em outros momentos da pesquisa. Importante, neste momento, é evidenciar que a ASC foi uma instância educativa de produção e circulação do escrito. A cultura da produção de manuscritos vincula-se a uma necessidade de registrar, documentar e comunicar as ações desenvolvidas pela ASC.

### Manuscritos da ASC

Nesta seção, tratamos de apresentar um mapeamento da produção manuscrita da ASC, além de descrever, analiticamente, as fontes. Isso, no intuito de tornar perceptíveis maneiras

próprias de produção de uma cultura escrita pelas mulheres daquela entidade e evidenciar sua contundência. A produção de registros escritos pelas mulheres da ASC tem início no ano de fundação da entidade, 1919, quando as associadas se reuniram para eleger a sua diretoria e redigir o seu primeiro estatuto. Assim, o *Livro de Ata* de 1919 é o primeiro manuscrito da ASC de que temos conhecimento até o momento. Não trataremos dele aqui, já que, como explicitamos, o período de tempo delimitado para este estudo situa-se entre 1954 e 1990 – contexto da criação das três instituições.

O recorte temporal desta pesquisa é o período de intensificação da produção de livros manuscritos pela ASC. Com a criação da Casa de Caridade em 1954, as mulheres associadas destacaram a necessidade de registrar não somente as reuniões, como já costumeiramente o faziam por meio dos Livros de Ata, mas também o cotidiano da instituição na obra denominada Livro dos Atos e Boas Obras. Já em 1983, Helena Lima Santos, então ocupante do cargo de 1.ª secretária da Associação, imbuíu-se da tarefa de produzir um livro que contasse a história da entidade, desde a sua fundação. Trata-se da obra *Livro Histórico da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité*.

Nesta pesquisa identificamos, ainda, outras obras: o *Termo de Inauguração da Casa de Caridade e de Visitas* (1954 a 1987) e o *Livro de Atas Praesidium Mater Pietatis* (1967 a 1971). Para os fins deste estudo esses dois últimos livros não foram analisados por não se tratar de obras diretamente produzidas pelas mulheres da ASC. O primeiro constitui-se, essencialmente, em depoimentos de visitantes; e o segundo no registro das ações de uma entidade religiosa que atuou nas instituições da ASC. O Quadro 2, a seguir, permite visualizar esse processo de produção de manuscritos no período de estudo delimitado.

Quadro 2 - Livros manuscritos produzidos pela ASC entre os anos de 1954 e 1990

<b>Livro</b>	<b>Quantidade de exemplares</b>	<b>Período registrado</b>	<b>Conteúdo</b>
<i>Livro de Ata</i>	5	15/10/1940 a 05/12/1954 02/01/1955 a 12/03/1962 23/12/1973 a 30/05/1979 20/10/1979 a 17/08/1987 14/09/1987 a 25/01/1996	Reuniões da diretoria da ASC
<i>Termo de Inauguração da Casa de Caridade e de Visitas</i>	1	19/03/1954 a 06/04/1987	Registro de inauguração da Casa de Caridade e de depoimentos de visitantes
<i>Livro dos Atos e Boas Obras</i>	3	19/09/1954 a 09/07/1961 18/07/1961 a 29/08/1975 29/08/1975 a 29/04/1985	O cotidiano das instituições
<i>Livro de Atas Praesidiun Mater Pietatis</i>	1	25/05/1967 a 22/08/1971	Reuniões e ações da entidade religiosa na Casa de Caridade
<i>Livro Histórico da ASC</i>	1	Escrito a partir de 1983	História da ASC (memorialista)
<b>Total de livros identificados</b>	<b>11 exemplares</b>		

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

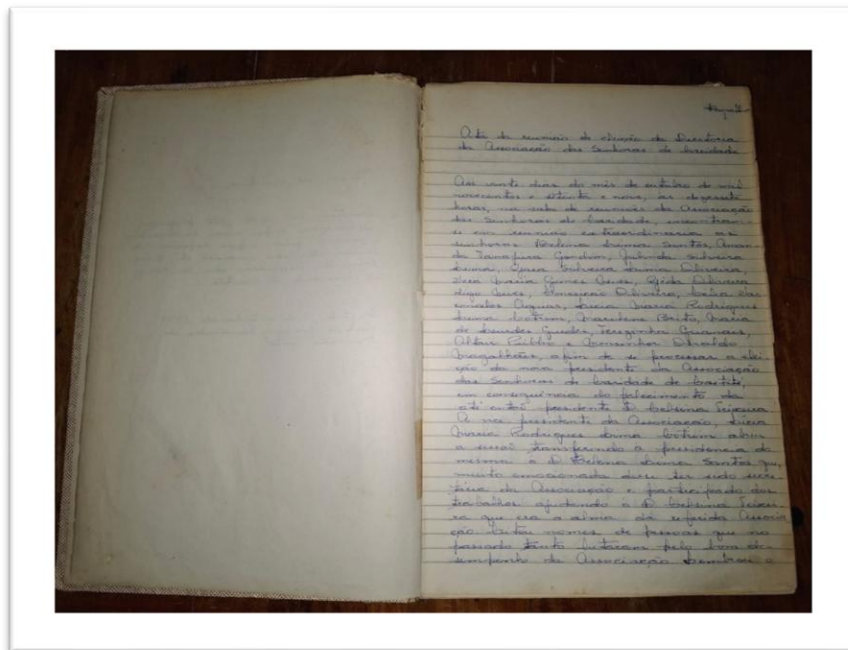
Os registros manuscritos produzidos pelas mulheres da ASC foram feitos em livros com acabamento em capa dura, que contêm entre 50, 100 e 200 folhas pautadas. Alguns deles foram adquiridos em papelarias do Rio de Janeiro e Salvador (Bahia), conforme etiqueta encontrada. Todas as páginas das obras são numeradas, seja à mão, seja de maneira impressa. Na abertura dos livros há sempre uma folha de rosto que apresenta a obra com o seu título, sua finalidade, o número de páginas, a assinatura da autora ou da presidente ou da 1.<sup>a</sup> secretária e a data de início de sua produção. Alguns deles trazem uma etiqueta em sua capa com o título e o período anual de registro, porém algumas datas nas etiquetas não correspondem ao período registrado. Em algumas obras já é visível um processo de deterioração pela ação do tempo. Esses livros se encontram organizados na secretaria da ASC. Passemos, pois, à descrição das obras selecionadas para este estudo. Identificamos três categorias de obras: Livros de Ata, Livros de Atos e Boas Obras e Livro Histórico.

**Livros de Ata:** essas obras registraram os momentos de reuniões realizadas pela diretoria da ASC. Na análise dos livros, percebemos que, algumas vezes, as caligrafias – bem como a cor da tinta e o tipo da caneta – mudam, denunciando as várias autorias dos registros. No entanto, o ato de lavrar a ata e assiná-la ou fazer a leitura do registro na sessão posterior era função

atribuída à 1.ª secretária. Há diversidade, também, na descrição textual: algumas mais densas e outras mais resumidas. No canto direito desses livros aparecem as rubricas da presidente ou da 1.ª secretária.

De maneira geral, os registros nos Livros de Ata ocorriam mensalmente. Porém, isso não era uma regra, algumas vezes, ocorreram intervalos de vários meses entre as reuniões ou mais de uma reunião mensal. Foram registrados nessas atas os assuntos tratados nas reuniões: as eleições e a posse da diretoria; os problemas vivenciados e as propostas de soluções; as correspondências recebidas e emitidas; os negócios efetuados pela entidade (aluguel, venda e compra de imóveis); as doações, verbas e subvenções recebidas; os convênios estabelecidos; as publicações dos balancetes; os eventos etc. Pudemos perceber que não havia livros distintos para cada uma das três instituições administradas pela ASC. As questões referentes à Casa de Caridade, à Creche e ao Lar da Criança, quando essas instituições coexistiram no tempo, tiveram seus registros em um só Livro de Ata. A Figura 1, a seguir, apresenta o *Livro de Ata* de 1979 a 1987.

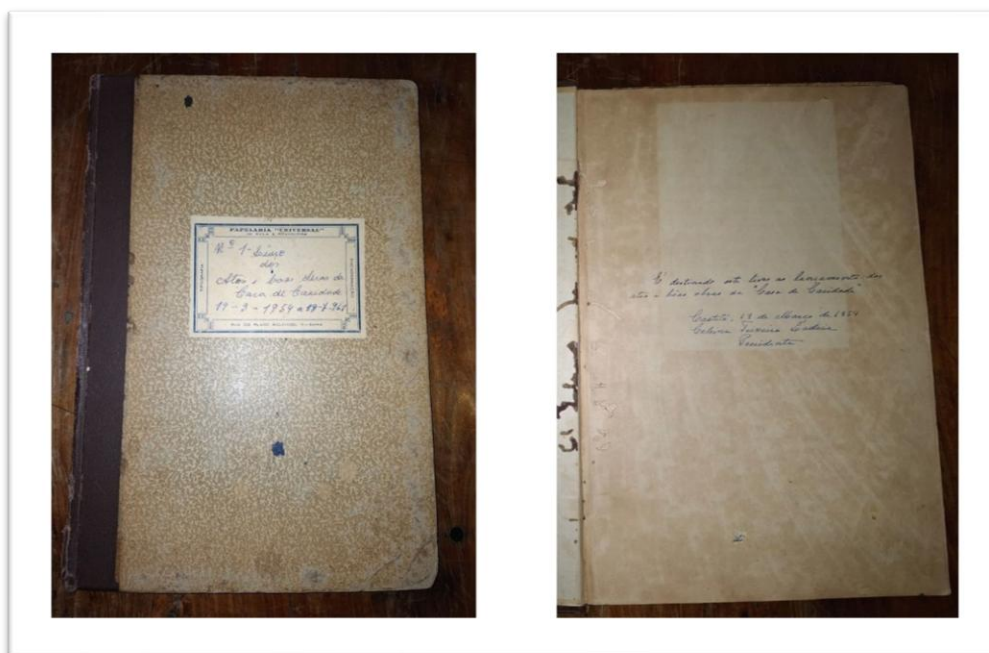
Figura 1 – Livro de Ata de 1979 a 1987



Fonte: fotomontagem elaborada pelas autoras (2025)

Livros dos Atos e Boas Obras: as mulheres da ASC sentiram a necessidade de registrar as ações consideradas como relevantes nesses livros denominados de Livros dos Atos e Boas Obras. Essas fontes trazem relatos do cotidiano das instituições; às vezes registrou-se um dia em apenas duas linhas, mas há outros dias para os quais a autora reservou várias páginas para narrar as vivências diárias nas instituições. Devemos ressaltar as mudanças na caligrafia e na forma de descrição, o que denota a existência de variadas autoras, porém sem sua assinatura ou identificação. Os livros trazem a possibilidade de quantificar os sujeitos abrigados e/ou atendidos pela ASC, falam do estado de saúde deles, dos falecimentos e dos nascimentos. Trazem representações de um cotidiano, como rituais religiosos, festividades, as problemáticas e incidentes etc. Há assuntos que são os mesmos já registrados nas Atas, porém em textos menos formais. A Figura 2 apresenta o *Livro dos Atos e Boas Obras* de 1954 a 1961.

Figura 2 – Livro dos Atos e Boas Obras de 1954 a 1961

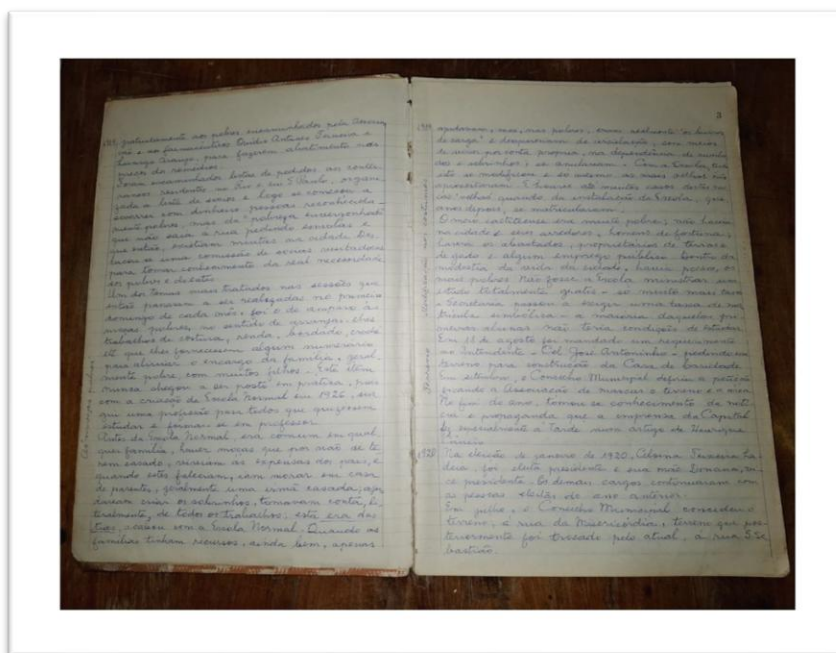


Fonte: fotomontagem elaborada pelas autoras (2025)

*Livro Histórico da Associação das Senhoras de Caridade*: a escritora Helena Lima Santos, sócia e membro da diretoria da ASC por diversas vezes, produziu um livro manuscrito de caráter histórico da entidade. Segundo o registro da autora, foram utilizados como fonte os Livros de Ata da ASC e outros documentos que diz ter encontrado nos arquivos da entidade. O teor do texto deixa entrever memórias da experiência da autora na ASC, instituição que integrou desde o ano de 1928 até sua morte em 1998.

De aspecto físico igual aos demais, o livro traz uma escrita narrativa densa e detalhada das ações da ASC desde 1919 até 1995 e há a criação de títulos e subtítulos nas margens do texto para os assuntos tratados nas datas e períodos destacados. A autora aponta que iniciou a obra em 1983 e suas narrativas trazem registros que vão até o ano de 1995. No entanto, não podemos prever, até este momento, se a obra ficou inacabada. As histórias das três instituições também são apresentadas de maneira imbricada nessa obra. Mostramos na Figura 3 o *Livro Histórico da ASC*, 1983 a 1995.

Figura 3 – Livro Histórico da ASC, 1983 a 1995



Fonte: fotomontagem elaborada pelas autoras (2025)

Por meio do mapeamento e da descrição dos livros produzidos pelas mulheres da Associação, evidenciamos que o escrito ocupou lugar importante no cotidiano da entidade. A ocorrência do manuscrito no contexto cultural da ASC pode ser identificada nos 11 exemplares encontrados nos arquivos da entidade correspondentes a esse período de estudo. Observamos ainda uma grande lacuna na produção dos Livros de Ata entre os anos de 1962 e 1973. Entretanto, os Livros dos Atos e Boas Obras, bem como o *Livro Histórico da ASC*, fazem referência a essas atas, o que permite inferir que elas existiram e se perderam ou que podem estar em outros arquivos.

### Funções do manuscrito na ASC

Nesta terceira seção do estudo, constituímos uma análise acerca das funções do escrito para as mulheres da ASC. Nesse sentido, utilizamo-nos de uma amostra de documentos segundo critérios estabelecidos de modo a atender aos objetivos da pesquisa. Assim, foi indispensável a leitura e releitura dos textos e a sua interpretação em uma análise combinada dos seus conceitos-chave, suas tipologias e a lógica interna que guiava a sua organização, na identificação do conteúdo manifesto e latente (Bacellar, 2008; Bardin, 1997; Cellard, 2008).

A produção de manuscritos no Brasil remonta ao período colonial, e esses documentos são fontes históricas imprescindíveis ao estudo das culturas do escrito em nosso país. Segundo Romeiro (2017), os manuscritos estiveram presentes nas revoltas e sublevações da América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII e são fonte de estudo de ideias e práticas políticas naquele contexto. Galvão e Frade (2019) chamam a atenção para a forte presença do manuscrito no Brasil representada em cartas, diários íntimos e outras formas de usos do escrito.

Em Caetité, a cultura do manuscrito foi evidenciada em pesquisas sobre fins do século XIX e início do século XX (Reis, 2010, 2021; Ribeiro, 2012). Neste estudo, destacamos que a cultura do manuscrito se perpetuou na sociedade caetiteense, mesmo após a chegada da imprensa à cidade, em 1897, com a criação do jornal *A Penna*, haja vista a vasta produção de livros manuscritos pela ASC na segunda metade do século XX.

Na análise de algumas das funções do escrito na ASC, optamos por utilizar somente os livros manuscritos produzidos pelas mulheres da Associação no período de tempo delimitado para o estudo – eles são de três tipologias: Livro de Ata, Livro dos Atos e Boas Obras e *Livro Histórico da ASC*. Dadas as limitações deste estudo, tornou-se necessário selecionar uma amostra dentre a vasta produção manuscrita da entidade entre 1954 e 1990. Foram analisados os seguintes livros e períodos: *Livro dos Atos e Boas Obras* – ano 1954; *Livro de Ata* – 1983; *Livro Histórico da ASC* – narrativa do período de 1919. Para esta seleção utilizamos dos seguintes critérios: I. Analisar o registro de um ano inteiro de um livro; II. Utilizar obras do início e de fins do período delimitado para estudo; III. Analisar registros no período de coexistência das três instituições; IV. Analisar livros de anos diferentes; V. Buscar registros que narrem a história da entidade. Esses critérios de seleção, ainda que possam restringir as fontes a breves recortes da produção da cultura escrita na ASC, permitem ver e entrever tipologias textuais e objetivos diversos da escrita das mulheres da entidade; acompanhar processos de ampliação das práticas e das funções do escrito naquela instância educativa; e, ainda, analisar o modo como a cultura escrita estava relacionada à perspectiva de comunicação dos atos da ASC tanto no tempo em que estes aconteciam quanto para a posteridade.

Na análise das três obras manuscritas evidenciamos a função do escrito como forma de registrar e documentar para comunicar *atos e boas obras*. A função de comunicação que o escrito possuía naquele contexto, por meio da prática da produção de livros manuscritos, é tomada aqui no sentido literal do termo. Comunicar, segundo o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de*

*Letras* (Bechara, 2011, p. 333), significa: “transmitir alguma coisa a alguém. Entrar em contato com. Ter ou estabelecer ligação entre espaços”. Além do mais, na etimologia da palavra, “comunicação” vem do latim, construída sobre o substantivo *communis*, que se refere a *comum*, em alusão a informações de caráter e interesse público (Comunicação, 2025).

Com isso, inferimos que a produção dos livros da ASC, por intermédio de uma cultura do manuscrito, teve a função não apenas de registrar e documentar os seus atos e obras, mas também comunicá-los à sociedade, pois se constituíam em *boas obras*, algo relevante e de interesse público. Historicamente, a familiaridade com a escrita está associada a tentativas de emancipação com relação a formas tradicionais de existência (Chartier, 1991). A escrita tinha a função de comunicar o cotidiano das instituições, os atos e obras da ASC na sua história. A produção do escrito, assim, significava uma forma de dar maior legitimidade ao que se fazia, tendo em vista o valor atribuído ao escrito naquele contexto.

Na análise do Livro dos Atos e Boas Obras identificamos que ele começou a ser produzido pela ASC em 1954, ano da fundação da sua primeira instituição, a Casa de Caridade. Inferimos que as mulheres da Associação julgaram pertinente e necessário registrar seus atos e obras na sociedade caetiteense por meio do escrito e, com ênfase, colocaram a adjetivação “boas obras” no título do livro. Ao analisarmos os escritos do livro de março a dezembro do referido ano, identificamos as seguintes temáticas presentes na obra, mostradas no Quadro 3.

Quadro 3 – Temas dos registros no *Livro dos Atos e Boas Obras* – 1954

	<b>Tema dos registros</b>	<b>Resumo</b>
<b>Livro dos Atos e Boas Obras 1954</b>	Internos da casa (idosos e crianças)	Internamento no asilo ou para tratamento médico; auxílios pecuniários; condições de saúde; falecimentos; adoecimentos; desistência do internamento, nascimentos; cuidados.
	Serviços médicos	Consultas médicas e de enfermagem; partos; internamento e isolamento de pacientes para tratamento; viagem para tratamento médico em Salvador; atendimento no Posto de Puericultura; recebimento de pílulas para o Posto de Puericultura.
	Receitas	Doações; verbas, subvenções; aluguel e venda de imóveis
	Despesas	Compras (medicamentos, móveis e imóveis); auxílios a contemplados; serviços de infraestrutura; viagem.
	Eventos	Inauguração da Casa de Caridade; Semana da criança; Visitas.
	Correspondências	Recebimento e envio de telegramas e ofícios.
	Cerimônias	Missas, batizados; velórios, enterros.
	Outros	Reuniões da diretoria; admissão de funcionários; aprovação de contas da ASC pelo Ministério da Educação; catecismo das crianças; seção de costuras; redirecionamento de subvenção recebida (à Diocese para a construção de do Hospital Regional de Caetité).

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Os temas, identificados na obra, representam palavras-chave dos textos. Os resumos foram colocados de forma a dar dimensão ao que era tratado nos registros. Ao correlacionarmos os temas aos resumos, apresentamos ao leitor um quadro do cotidiano da instituição. Inferimos que as mulheres da ASC faziam uso do escrito na intenção não só de registrar o que era feito, mas como era feito, por quem, quando, os previstos e os imprevistos. E, para além de registrar os atos e as obras, buscavam comunicar um cotidiano vivido naquele espaço por meio do detalhamento das vivências nos livros produzidos, como percebemos neste trecho:

Missa em honra de N. S. da Piedade em favor dos contemplados, sócios e benfeitores, com assistência de algumas sócias e dos contemplados. As camas chegaram no dia [...] e seu atraso foi devido ao chauffeur que perdeu as guias e deixou-as em Guanambi, de onde a ASC providenciou a sua vinda. Também chegaram as perolas de vitaminas no dia 9 de setembro, e as crianças do Posto de Puericultura já entraram em uso das mesmas. O Posto de Puericultura continua funcionando, atendendo a 150 crianças, com o leite e merendas duas vezes por dia. A Casa de Caridade está com 18 internos e atende a ... externos. A dispensa está suprida de gêneros, que têm sido comprados em mão de fornecedores, em grande quantidade, para aproveitar a safra (*Livro dos Atos e Boas Obras*, 1954, p. 04).

O cotidiano das instituições pode ser visualizado, igualmente, por meio do Livro de Ata, no entanto, de uma maneira um pouco mais esparsa, tendo em vista a natureza do texto de uma ata. Sua escrita implica em um registro mais formal, que segue técnicas e normas como: texto introdutório, indicando data, horário e local das sessões e os presentes no ato; registros das falas, o mais próximo possível da integralidade, apresentando o que foi decidido em assembleia; e assinaturas. Na análise dos textos das atas do ano de 1983, identificamos que a produção delas registrou e documentou as ações da ASC, garantindo-lhe legitimidade social e legalidade. O Quadro 4 traz um panorama dos assuntos identificados nas atas de 1983 e o resumo do que foi tratado.

 Quadro 4 – Temas dos registros no *Livro de Ata* – 1983

	<b>Tema dos registros</b>	<b>Resumo</b>
<b>Livro de Ata 1983</b>	Decisões	Planejamento de ações/eventos; aplicação de recursos; venda de imóveis; acordos; doações de terreno e materiais; formação de conselhos administrativos; situação de idosos e crianças.
	Projetos/Propostas	Oficinas de trabalho; quadra; hortas; jardins; enfermaria; (casa para gestantes).
	Problemas	Inquilinos; idosos; menores; funcionários; incidentes; administração do Sítio Nossa Senhora da Piedade e do Lar da Criança,
	Receitas/ despesas	Dinheiro; tambores; lençóis; animais (garrote); verbas; investimentos bancários;
	Convênios/solicitação de ajuda	Bancos; associações nacionais, internacionais e religiosas; Prefeitura; FUNABEM; LBA; deputados; clubes e produtores de alimentos locais; psicólogos; promotores.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Os assuntos tratados nas reuniões envolviam o cotidiano das instituições, porém foram registrados com a natureza documental própria da ata. A análise dos registros das reuniões da ASC permite reconstruir uma história das decisões, dos projetos e propostas, dos problemas, das receitas e despesas, dos convênios firmados, das solicitações de ajuda. Desse modo, identificamos que a escrita dos Livros de Ata teve a função de registrar o que se fez, como se fez, por que e por quem se fez etc., tornando esse registro um documento, que legitimava as ações da ASC perante os próprios integrantes, outros indivíduos, órgãos governamentais e não governamentais. Inferimos que a escrita dos Livros de Ata tinha a função de registrar,

documentar e comunicar atos legítimos e legais. A prestação de contas, nos assuntos sobre receita e despesa, é uma característica do texto das atas da ASC, como podemos perceber:

Aberta a sessão a presidente tratou dos seguintes assuntos: a) Resultado da Feira do Interior, realizada pelas Voluntárias Sociais a que a Associação compareceu. Foi muito bom o resultado não tanto pelo lucro como pela promoção tendo obtido um maciço apoio da colônia caetiteense. Vendeu-se um milhão de cruzeiros mas o lucro foi de metade, pois houve um investimento de compra do material que se levou. A presidente comunicou ainda ter adquirido parte de um parque infantil, a ser completado quando as condições financeiras permitirem; a parte comprada custou noventa e cinco mil cruzeiros; ter comprado ainda, 31 conjuntos de lençol e colcha para os velhos, no valor de cento e oitenta e dois mil cruzeiros (*Livro de Ata*, 1983, p. 53).

A cultura escrita na ASC, na perspectiva da função de registrar e documentar atos e obras da Associação, pôde ser visualizada, ainda, por meio do *Livro Histórico da ASC*. A natureza deste, porém, difere-o dos demais. Sua escrita, posterior aos acontecimentos, lhe dá o caráter memorialista. Identificamos nos registros sobre o período de 1919 os títulos produzidos pela própria autora e os assuntos de que tratam esses tópicos, aspectos mostrados no Quadro 5.

Quadro 5 – Títulos presentes no *Livro Histórico da ASC* – período de 1919

	<b>Títulos</b>	<b>Resumo</b>
<b>Livro Histórico da ASC</b>	<i>Fundadoras/sócias</i>	Breve descrição do ato de fundação da ASC seguida da enumeração das sócias com nome completo, estado civil, filiação, cônjuge, graus de parentesco entre elas.
	<i>A diretoria</i>	Narra a eleição e posse da primeira diretoria, aponta as eleitas para cada cargo. Fala da ideia inicial da ASC de construção de um hospital ou casa para abrigar indigentes e destaca o contexto da gripe espanhola, o sofrimentos dos mais pobres e as primeiras ações de caridade realizadas pela entidade.
	<i>As moças pobres</i>	Destaca que havia uma preocupação da ASC com as moças pobres da cidade e a necessidade de arranjar-lhes trabalho.
	<i>Modificações nos costumes</i>	Destaca o contexto de pobreza que assolava a cidade e falta de trabalho.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Desde o título a obra já anuncia que sua função é comunicar uma história. A história da ASC. Mas por que escrever mais um livro diante da vasta produção de manuscritos? Na obra, a autora – Helena Lima Santos – faz referência à perda de atas quando narra acontecimentos entre

1976 e 1979 de desentendimentos entre membros da diretoria e a consequente saída de algumas sócias:

Tudo isso ficou consignado em Ata, mas o livro se perdeu, o que vem dar um hiato no histórico que estou levantando da Associação baseada nos livros de Atas, Diário, Atos e Boas Obras, Livro de Razão, Borrador, tudo escriturado por Celsídia, até os mínimos detalhes, até a Ata de 20 de outubro de 1979, quando se começou um novo livro de Atas. O diário deixou de ser feito deste dezembro de 1976. Desta data em diante, tudo o que estou escrevendo é de memória... (*Livro Histórico da ASC*, 1983, p. 43).

Podemos evidenciar na fala da autora o lamento pela perda de livros, tão minimamente detalhados, e a referência ao fato de que o “diário deixou de ser feito desde dezembro de 1976”. Isso leva a questionar se ação da autora, ao imbuir-se da função de produzir um livro histórico iniciado em 1983, estava ligada à importância que ela atribuía ao escrito na função de comunicar a história da ASC. Do mesmo modo, a necessidade de produzir a obra histórica talvez estivesse relacionada às perdas de alguns livros ou ao fato de que outros deixaram de ser produzidos.

Identificamos uma perspectiva da ASC em divulgar suas ações e, ao mesmo tempo, buscar a validação da sociedade para elas. Nesse sentido, o escrito esteve amplamente relacionado à comunicação dos seus trabalhos de maneira a legitimá-los. No ato de inauguração da Casa de Caridade em 1954 vemos a ênfase nas *boas obras* da entidade, como podemos entrever no fragmento a seguir: “A Casa de Caridade foi muito visitada no dia da inauguração e nos dias seguintes, tendo sido elogiada e aprovada por todos os visitantes; muitos deixando seus nomes assinados nos Livros de termos” (*Livro dos Atos e Boas Obras*, 1954, p. 06).

Muito comum na escrita da ASC foi a divulgação dos balancetes da entidade. Vemos essa prática como uma forma de documentar suas ações imbricada à ideia de prestar conta dos recursos, muitas vezes obtidos do poder público ou de cidadãos comuns. Nesse sentido a escrita foi utilizada como instrumento de publicização do recebimento de verbas e sua aplicação:

A Sra. Presidente também deu conhecimento das verbas recebidas ultimamente: do Ministério da Justiça: - Cr\$ 100.000,00; do Ministério da Educação Cr\$ 390.000, 00 em agosto e Cr\$ 360.000,00 em setembro; e do Estado Cr\$ 60.000,00. Destas importâncias a Associação fez entrega da quantia de Cr\$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros) ao Sr. Bispo Diocesano D. José Terceiro de Souza, em 7 do corrente, como dívida da ASC para o Hospital Regional de Caetité (*Livro de Ata*, 1954, p. 98).

Ao lado da divulgação do recebimento dos recursos, vemos que os registros escritos da ASC traziam também a divulgação das despesas:

Em seguida foram apresentadas contas relativas nas despesas com a terminação da Casa de Caridade, aos consertos de algumas casinhas, a manutenção da Casa e do Posto de Puericultura, compras de remédios para o ambulatório, auxílio para remédios. Auxílio para enterros e expediente de secretaria durante o mês de setembro num total de Cr\$ 34. 248,70. O movimento foi o seguinte desde a instalação do abrigo: entraram 33 velhos, saíram 10, faleceu 1 e permaneceram 21. Já foram atendidas duas parturientes (*Livro de Ata*, 1954, p. 98).

A comunicação *das boas obras* da ASC teve a escrita como instrumento preponderante. O escrito tornou esses registros um documento legal, ao passo que as mulheres viam as práticas de escrita cotidiana como uma maneira de legitimar suas ações.

### Considerações finais

Neste artigo procuramos identificar práticas e funções do escrito no âmbito da ASC entre os anos de 1954 e 1990. Apesar do caráter parcial, este estudo buscou contribuir para as pesquisas no campo da História Cultural, da História da Educação e da História da Cultura Escrita no nosso país, ao trazer para discussão uma dimensão importante para as culturas do escrito: o manuscrito.

A pesquisa evidenciou que o escrito na ASC foi utilizado como forma de registro histórico, tanto para os registros oficiais e administrativos como para os atos do cotidiano. Identificamos que a ASC, nos vários âmbitos em que atuou e na diversidade de ações que desempenhou, produziu uma cultura escrita e a fez circular em seus âmbitos bem como fora destes. Desse modo, evidenciamos a ASC como uma instância educativa de produção e circulação do escrito e a presença de uma cultura do manuscrito naquele contexto de Caetité entre os anos de 1954 e 1990.

Na análise dos textos das obras identificamos que o escrito era visto como instrumento de legitimação das práticas da entidade. Desde a sua origem, no início do século XX, em um contexto de crise social e econômica em Caetité, até 1990 o escrito ocupou um lugar privilegiado

no cotidiano da ASC, haja vista a vasta obra produzida, em uma evidente necessidade de se registrarem e documentarem as práticas da entidade.

Desse modo, a produção dos livros manuscritos pela ASC, entre os anos de 1954 e 1990, teve a função de comunicar *atos* e *boas obras* e fez parte de uma cultura do manuscrito que existia naquela instância educativa. Buscava-se, por meio do escrito, fazer o registro e a documentação das ações da ASC, no cotidiano das instituições; e, além disso, comunicar práticas e uma história da entidade, consideradas relevantes e dignas de se tornarem escritas e publicizadas. Compreendemos que o escrito, para aquelas mulheres, funcionou como instrumento de legitimação dos atos e das obras e para conquista de autonomia e poder, dado o valor a ele atribuído naquele contexto histórico-cultural da ASC e de Caeté na segunda metade do século XX.

### Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-47, maio/ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200003> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rV46dRdwyVBRMhgFJxdF9qR/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BECHARA, Evanildo C. (org.) *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques metodológicos e epistemológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 113-162. v. 3. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/648734313/ROGER-CHARTIER-As-praticas-da-escrita-PDF-NOVO-1>. Acesso em: 1 jan. 2025.

COMUNICAÇÃO. *In*: Etimologia: origem do conceito. Disponível em: <https://etimologia.com.br/comunicacao/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: EDUC-Editora da PUC-SP, 2003.

FERNANDES, Francielly Keyse Martins; REIS, Joseni Pereira Meira. O teatro como modo de educação e participação nas culturas do escrito em Caetité-Bahia, no início do século XX. *Revista Cocar*, [S. l.], n. 31, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3774>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Processos de inserção de analfabetos e semi-alfabetizados no mundo da cultura escrita. (1930-1950). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 81-94, jan./abr. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fcmYtgWDRwvpZD5sm6bWVLF/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. *In*: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 9-46.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Dossiê: história da cultura escrita. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p. 207-214, jan./abr. 2016. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40772/pdf\\_97](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40772/pdf_97). Acesso em: 20 dez. 2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. *In*: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). *História da Educação em Minas Gerais: da colônia à república*. [S. l.]: EDUFU, 2019. p. 21-53. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ccnmp/pdf/goncalves-9786558240402.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2022*. Caetité-BA. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2026.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação: o que você precisa saber sobre*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELO, Juliana Ferreira de; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Ler e escrever, ver, ouvir e contar histórias em família: o caso de Pedro Nava (Minas Gerais, início do século XX). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 24, p. 221-239, out/dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37811>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/gQXWmGcTKqqGkBMvpXhXBFz/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897-1930)*. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIMENTEL, Adriana Moreira. *Memórias de uma mulher da elite: a correspondência de Celsina Teixeira, Caetité - Ba, 1916-1926*. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em História, Memória e Sociedade) – Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

REIS, Joseni Pereira Meira. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: [https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/REIS\\_INST%C3%82NCIAS-FORMATIVAS.pdf](https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/REIS_INST%C3%82NCIAS-FORMATIVAS.pdf). Acesso em: 3 jan. 2025.

REIS, Joseni Pereira Meira. Funções da escrita e práticas de leitura no Club Rio Contense (1902-1930). *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, n. 38. p. 31-45, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4097>. Acesso em: 20 fev. 2026.

REIS, Joseni Pereira Meira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas de leitura no Centro Psychico de Caetité, Bahia, Brasil (1905-1930). *Revista História da Educação ONLINE*, Porto Alegre, v. 24, p. 1-29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/97334> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/43JZLCRK6W3nRQ87bvjTYSC/?lang=pt> Acesso em: 30 mar. 2026.

REIS, Joseni Pereira Meira; JINZENJI, Mônica Yumi; SOUZA, Maria José Francisco de. Mulheres e escrita no Centro Psychico de Caetité-BA (1905-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 24, p. 1-28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e343> Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/70817>. Acesso em: 30 mar. 2026.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2004. Disponível em: [https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook\\_institucionalizacao\\_de\\_crianças\\_no\\_brasil.pdf](https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf). Acesso em: 29 nov. 2024.

ROMEIRO, Adriana. Pasquins, libelos e panfletos: a cultura do manuscrito na América Portuguesa. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 8, p. 85-97, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41256/21816>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 58, p. 93-294, 1932.

## **SOBRE AS AUTORAS**

**Ana Marta Borges da Cunha**. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente da Universidade do Estado da Bahia. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire e da linha de História, Memória e Cultura escrita.

Contribuição de autoria: conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, *design* da apresentação de dados, redação do manuscrito original, redação - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1068812077492760>

**Joseni Pereira Meira Reis**. Professora do curso de Pedagogia e do PPGEDUF da Universidade do Estado da Bahia. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire, coordenadora da linha de estudos e pesquisa em História, Memória e Cultura escrita.

Contribuição de autoria: conceituação, investigação, metodologia, supervisão, redação - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2253898028866142>

## **AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS**

Este estudo faz parte de uma pesquisa desenvolvida por meio do projeto de pesquisa guarda-chuva sobre Memória, História e Práticas Educativas e Culturais na Região do Alto Sertão da Bahia, da linha de Estudos e Pesquisas em Memória, História, Identidade, Gênero e Cultura. Escrito vinculado ao NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire) do Departamento de Educação – DEDC - CAMPUS XII, Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Parecer do CEP nº: 6.752.110. Durante a preparação deste trabalho, as autoras não utilizaram qualquer ferramenta de Inteligência Artificial.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos membros e aos funcionários da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité (ASC) pela disponibilidade em atender as pesquisadoras e pela possibilidade do uso das fontes desta pesquisa.

Recebido em: 06.06.25

Aceito em: 07.02.26

Publicado em: 27.05.26